

*no
maia*

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

15 DE FEVEREIRO DE 2006

PRESIDENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
VEREADORES PRESENTES	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO - NUNO MANUEL MACEDO PINTO DE SOUSA - MARIA GENTIL PONTES VAZ - MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA - HERNÂNI FERNANDO RODRIGUES
VEREADORES AUSENTES	- NENHUM
SECRETARIOU	- LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR	- POR UNANIMIDADE FOI ACEITE QUE SEJA SUBMETIDA A EVENTUAL APROVAÇÃO APENAS NA PRÓXIMA REUNIÃO, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ART.º 92 DA LEIN.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO REPUBLICADA PELA LEI 5-A/2002 DE 11 DE JANEIRO
OUTRAS PRESENÇAS	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS
LOCAL DA REUNIÃO	- PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

Assunto: Elaboração de Actas – Equipamento Informático.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que em relação a este assunto seria de todo vantajoso para a elaboração das actas destas reuniões que fossem utilizados equipamentos de gravação áudio permitindo facilitar a redacção das mesmas aos funcionários que têm que efectuar este serviço.

Este procedimento já existe com as actas das reuniões da Assembleia Municipal. Julgo que a mesma metodologia poderia ser adoptada garantindo desde logo uma maior fidelidade e realismo dos assuntos discutidos.

----- O Senhor PRESIDENTE disse concordar plenamente, devendo-se consultar rapidamente empresas que forneçam esse material, o que irá ser efectuado a curto prazo.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu que as actas deviam ser gravadas, pois, os vereadores devem estar mais disponíveis para desenvolver ideias, para o desenvolvimento do concelho, e não estar a corrigir actas de reuniões de câmara.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: DRATM.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA informou o executivo da relevância do facto de começar a existir união entre os autarcas na defesa de assuntos e interesses regionais, preocupação conjunta dos problemas da região.

Aprovar a postura dos autarcas no tocante à defesa da continuação da DRATM, embora considere que o Sr. Presidente anda a “levantar a lebre” desnecessariamente, pois a saída deste serviço nunca esteve em causa. Pelo menos é o que alguns intervenientes políticos regionais consideram.

De aprovar, ainda, que os autarcas continuarão a reunir e a estudar resoluções de outros problemas como os serviços intermunicipais de transportes públicos.

Referiu ainda que fosse elaborado pelo chefe de gabinete do Sr. Presidente um relatório sobre cada tema discutido nessas reuniões de autarcas e disponibilizá-lo para discussão nas reuniões camarárias.

----- O Senhor PRESIDENTE disse ao Sr. Vereador que a reunião sobre os transportes públicos foi adiada, pois, surgiu outro problema que os 12 Presidentes de Câmara dos concelhos que fazem parte do Distrito têm que resolver com mais urgência, tendo,

*Voto
Branco*

para o efeito, reunido em Alfândega da Fé, que respeita aos “Transportes Escolares”, tendo sido elaborado um documento que irá ser distribuído.

Embora custe a engolir aos Senhores Vereadores da oposição o Senhor Primeiro Ministro, quando vier ao Distrito, vai anunciar a criação de 5 regiões, tendo havido acordo, por unanimidade, em reunião efectuada com os 12 Presidentes de Câmara dos concelhos que integram o Distrito, que a Direcção Regional de Agricultura do Norte tenha sede em Mirandela.

Tradicionalmente, a sede ficava em cidades como Faro, Lisboa, Porto, Évora e Coimbra. Nunca nenhum serviço fora dessas cidades foi sediado no interior, sendo a primeira vez que se a DRATM ficar com sede em Mirandela se verifica esta situação, e já não em Braga ou Porto, também igualmente com idêntica pretensão.

Podem ter a certeza que se não tivesse havido a iniciativa “dos cartazes” ainda não teria sido possível ter havido uma reunião em conjunto na defesa dos objectivos do Distrito.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que tendo em conta a divisão já existente, do país em 5 grandes regiões, o actual processo de reforma administrativa dos serviços centrais é uma evolução natural para que exista convergência entre a criação de serviços regionais nas várias tutelas, harmonizando esse número de organismos públicos com o número de regiões entretanto já existentes, que são as CCRs. Justifica-se, no entanto, que alguns dessas instituições regionais fiquem localizados no interior do país, estruturadas para melhorar o apoio às populações e economias locais.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse que, quando vem dizer para a comunicação social, que está satisfeito com os avanços relativos à DRATM, dá um sinal evidente de falta de pressão política sobre a tutela. Como diz o povo, “até ao lavar dos cestos é vindima”. Isto quer dizer que vai colocar na mão da tutela toda e qualquer determinação para a sede da delegação da DRATM? Depois não venha reivindicar para si, as coisas que os outros lhe ofereceram.

Desta forma, apelo ao seu sentido de responsabilidade!

----- O Senhor PRESIDENTE disse ao Sr. Vereador que é difícil falar com alguém que não tem a noção exacta do que está a dizer, fala-se em alhos e responde em bugalhos.

O Senhor Ministro da Agricultura fez um desafio no sentido de introduzir meios informáticos para proceder a protocolos válidos para os concelhos. Não faz sentido duplicar os serviços, pois, se a sede da Direcção Regional de Agricultura de Norte ficar em Mirandela, não se justifica existir, na Câmara, um Gabinete de Apoio ao Agricultor, tendo sido extinto, durante 4 anos o que os Senhores Vereadores tanto criticaram. A existência deste gabinete, se entendesse que era útil, continuava com ele, não vou fazer nenhum protocolo, porque a sede dos serviços fica no concelho.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu que a existência do Gabinete de Apoio ao Agricultor não servia para nada a não ser para gastar dinheiros públicos, o que mostra uma inexperiência.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que já foi julgado por isso.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Requerimento sobre Projectos e Obras do Município.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA pediu resposta ao requerimento, entregue na última reunião.

Disse ainda: “Recebi um ficheiro da SOM que contém alguma da informação requerida, mas é omissa a outros temas pedidos no requerimento.

Informou ainda que o Sr. Presidente tem um prazo de 10 dias para apresentar uma resposta ao requerimento e que pretendia a informação na próxima reunião.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Esgoto a céu aberto junto ao posto de turismo.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA informou, juntando duas fotografias:

“No que se refere a este assunto, verifiquei recentemente que existe uma caixa de saneamento do lado direito do arruamento que liga ao 2º pontão da Ribeira de Carvalhais, que se encontra danificada e a vazar águas residuais para o terreno adjacente e bem como para a Ribeira de Carvalhais.

É urgente a resolução deste assunto. O impacto ambiental causado por este problema é deveras negativo e o mesmo também não é um “cenário” dignificante para a cidade e os Mirandelenses, principalmente para os turistas que visitam Mirandela.”

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu que as obstruções que ocorrem no colector principal da Rua da República são semelhantes às que ocorrem em qualquer outro lugar que, quando ocorrem, é necessário resolvê-las o mais rapidamente possível, pois, não é uma situação agradável, principalmente para as lojas comerciais e residentes desta rua. A gestão do colector da Rua da República é hoje da responsabilidade das Águas de Trás-os-Montes e o colector está bastante colmatado registando-se no presente momento trabalhos de desobstrução e limpeza para evitar estas situações. No entanto, é necessário compreender que por estas mesmas razões, são colocados “by pass”, ao longo de toda a rede de drenagem, por forma a que, em caso de obstrução, os particulares não sejam prejudicados. Este tipo de situação pode ocorrer sempre que o colector for obstruído e nos mais diversos pontos da cidade ou do concelho. Quanto ao emissário principal as Águas de Trás-os-Montes estão a equacionar a sua total substituição para resolver a situação, praticamente de forma permanente, no futuro.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou se seria possível executar uma rede de drenagem provisória entre a caixa de saneamento e a ribeira de carvalhais para eliminar que as águas residuais corresse para a céu aberto para a ribeira.

----- O Senhor Director do Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º GUEDES MARQUES, autorizado a intervir, referiu que qualquer avaria nos colectores provoca situações anómalas no tratamento de águas pluviais. Existem duas situações para resolver o problema, ou o esgoto corre a céu aberto ou entra para casa das pessoas, não temos outra maneira de intervir.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Eliminação de Barreiras Arquitectónicas.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que, em relação a este assunto, gostaria de efectuar as seguintes considerações:

- Alguns anos atrás, julgo que no mandato anterior, o Sr. Presidente tomou uma decisão de implementar os normativos do decreto-lei 123/97 de 22 de Maio de modo a permitir a acessibilidade das pessoas, com mobilidade condicionada, na via pública, nomeadamente através do rebaixamento dos passeios públicos junto às passadeiras, efectuados de forma correcta ao contrário de muitas outras localidades que, por motivos vários, preferem executar pequenas “rampas de lançamento” com os lancis. Esta iniciativa foi decididamente positiva, mas de pouca duração, senão vejamos algumas situações entre muitas:

- Continuam a ser executados edifícios mistos de habitação multifamiliar e comércio ou serviços que não respeitam a legislação em causa. Porquê?

- Existem rampas de acesso aos logradouros públicos e entradas de edifícios que não respeitam a inclinação legal de 6%, resultando na execução de rampas de variados feitios e formas;

- O Decreto-Lei refere um prazo de 7 anos, prazo esse que já terminou, para a adaptação de edifícios, de estabelecimentos e espaços circundantes que não garantem a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. Foram poucas ou nenhuma as obras de adaptação a esses normativos. **Por que razão o poder político ainda não assumiu o cumprimento da legislação?**

- Existem nos novos loteamentos da cidade passeios com acessos rebaixados junto às passadeiras executados de forma deficiente, não cumprindo para o efeito o desnivelamento obrigatório de 2cm;

- A acessibilidade aos edifícios da autarquia por municípios com mobilidade condicionada não respeita a legislação em vigor.

Todos os municípios têm igualdade de direitos, ou será que isso já foi rapidamente esquecido pelo Sr. Presidente?

----- O Senhor PRESIDENTE disse que, por vezes, aprovam-se projectos e existem situações que não são executadas conforme o projecto.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu, juntando duas fotografias, que “a título de exemplo verifica-se a falta de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada ao novo posto de turismo. Para além de uma árvore a barrar o caminho, devido a uma má implantação do equipamento, também os normativos do Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio não são respeitados, conforme fica demonstrado na fotografia em anexo. Também o vão livre da porta não se encontra dimensionada para permitir a acessibilidade a utentes em cadeiras de rodas.

Outro exemplo de uma intervenção “ad-hoc” é o das instalações sanitárias do parque de estacionamento, junto à Ribeira de Carvalhais.”

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO sugeriu que acompanhassem alguns deficientes a instituições públicas para ser confirmada a sua mobilidade condicionada.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que a Câmara Municipal de Mirandela aderiu à participação no Plano de Acção Local para a Sustentabilidade da Agenda 21 Local, mas ainda não veio aprovada.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou “afinal, que critérios ou normativos são aplicados no licenciamento de obras, se estas, na sua maioria não cumprem a legislação em vigor?

Estas situações não só são inaceitáveis como podem transmitir ao cidadão comum uma imagem de desleixo por parte da Autarquia num assunto tão pertinente.

O melhoramento da qualidade de vida passa também pela garantia da execução de acessibilidades sem barreiras a todos os municípios.”

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente Arq.º ANTÓNIO CARVALHO, autorizado a intervir, referiu que tem que se analisar, nos projectos, se as áreas correspondem às estipuladas por lei, e a comissão de vistorias e fiscalização para verificar se são cumpridas todas as normas legais.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu como exemplo a adaptação do Hospital de Mirandela aos normativos desta legislação levada a cabo pelo Sr. Eng. Guedes Marques enquanto Director dessa instituição.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO referiu que o projecto que está a ser elaborado para a remodelação do edifício da Câmara Municipal já contempla todas as normas.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que não é uma questão política mas sim humana. Todos os edifícios públicos e não públicos tem que obedecer a essas normas e, caso não obedecem, têm que ser remodelados.

W
ma

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou os Senhores Vereadores que o novo “Posto de Atendimento ao Município” vai ficar numa zona de boa acessibilidade.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que o novo Posto de Turismo não permite a acessibilidade a cidadãos com mobilidade condicionada.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO disse que foi a solução integrada no núcleo arquitectónico, em relação à rampa e à porta. Vou pedir esclarecimentos.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO referiu que alguns passeios estão bastante perigosos para os invisuais, nomeadamente com tapumes e buracos o que é um perigo iminente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse, também, que há mais de 10 anos que não se deixa ficar qualquer árvore nos passeios das zonas novas da cidade, mas existem árvores em alguns passeios antigos da cidade, situação que não é fácil de resolver.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO deu conhecimento aos Senhores Vereadores que, sempre que tiverem assuntos pertinentes a colocar, podem sempre fazê-lo, nomeadamente através de e-mail, não precisando esperar pela reunião.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Unidade de Saúde II.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que no seguimento da sua interpelação sobre este assunto, efectuada na reunião, pretende saber em que fase se encontrar o processo do Novo Centro de Saúde de Mirandela, depois da reunião efectuada pelo Sr. Eng. Guedes Marques e a Comissão Fiscalizadora.

----- O Senhor Director do Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º GUEDES MARQUES, autorizado a intervir, confirmou que se realizou a reunião da Comissão de Acompanhamento (que é constituída por um Técnico da Câmara e por um Técnico da Sub-Região de Saúde de Bragança) a qual produziu um relatório que foi submetido a despacho superior. Esse relatório enunciava diversas questões que não deixavam antever, como fácil, a continuidade da obra pelo actual empreiteiro. Decorrente do despacho que tal relatório mereceu a Fiscalização (Gabinete Rótula) vai notificar o empreiteiro determinando-lhe um plano de trabalhos. Se não for dado o devido cumprimento a este plano equacionam-se duas possibilidades: de rescisão ou posse administrativa que os serviços jurídicos analisarão a seu tempo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Sinalética e outros elementos urbanísticos.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu, juntando uma fotografia, que, “no tocante à vedação metálica colocada ao longo da linha do metro junto ao novo parque de estacionamento, considero que foi uma medida correcta salvaguardar a segurança dos munícipes. Era conveniente, no entanto, completar a mesma na parte superior junto ao túnel, onde a actual vedação se encontra destruída.

Ainda referente a esta vedação, considero, quer do ponto de vista estético, que ergonómico que os painéis colocados junto à pizzaria CAPRI e junto à entrada de uma garagem subterrânea, desenquadrados com outros elementos urbanísticos de vedação na zona de intervenção.

Existem, ainda, outras “aberrações” urbanísticas que deveriam ser rectificadas, para que as mesmas não sejam alvo de críticas pela população. Nomeadamente:

Pormenor da sinalética para a ESTIG, junto à mesma. Pavimentação contínua por executar, sem a devida sinalização de segurança.”

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO referiu que a placa está desenquadrada mas o ESTIG solicitou o respectivo sinal de trânsito e não havia outro sítio para a colocar.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA conforme resulta da fotografia, identificou um “cesto de papéis na entrada principal do Mercado Municipal”. Esta situação manifesta “completo desleixo pela manutenção do património da autarquia.”

Uma outra fotografia identificando a zona ao lado da biblioteca municipal refere: “afinal, que intervenção urbanística foi efectuada para resolver este problema.

Para quando a resolução desta problemática urbanística?”

----- O Senhor PRESIDENTE referiu que existe um projecto que vai a concurso sobre aquela área. Vai ser feito um estudo planeado.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Cartazes de Campanhas Eleitorais.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou, juntando duas fotografias, quando é que serão retirados todos os cartazes de campanha que, ainda, proliferam pelo concelho? Alguns encontram-se num estado precário podendo até cair e causar danos a pessoas e bens.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO respondeu que o PS pediu que todos os cartazes ficassem até ao final das Eleições Presidenciais. A lei não é muito clara sobre este assunto, mas estava já dada a ordem para serem retirados.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que o PS deixou os cartazes e o CDS/PP deixou as estruturas, quanto à estrutura localizada na freguesia da Bouça pertence a um particular. Foi colocada no tempo do Dr. Gama, o proprietário diz que é dele.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Plano de Segurança da Obra de Requalificação da Ribeira de Carvalhais.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA disse, juntando uma fotografia, que, “pretende saber se o Plano de Segurança desta obra se encontra aprovado?

Pretendo cópia da aprovação para a próxima reunião.

Por que razão foi autorizado o começo de uma obra desta dimensão sem que o seu Plano de Segurança tenha sido aprovado?

Porque razão não existe vedação entre o lote confinante e o estaleiro da obra?”

----- O Senhor Director do Departamento de Fomento e Infraestruturas Eng.º GUEDES MARQUES, autorizado a intervir, referiu não estar em condições de responder cabalmente à solicitação e que na próxima reunião prestaria a devida e completa informação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assuntos: Dívidas a Empreiteiros e Fornecedores.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou: “porque razão não foram discriminadas os encargos financeiros contraídos em 2005 em relação à aquisição de terrenos ao Sr. Manuel Inácio no valor de 150.000€ (30.000cts) (1º tranche) e ao Sr. Coelho da Loja Phillips pela indemnização aprovada em reunião de Câmara no último mandato no valor de 350.000€ (70.000cts)?

Afinal, o valor de **4.716.305,00€ (cerca de 950.000 contos)** de dívidas a Fornecedores e Empreiteiros passaria a ser superior, nomeadamente **5.216.305€ (cerca de 1.050.000 de contos)**”.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que, quando a indemnização à Firma Coelho & Aníbal, L.da foi aprovada, não tinha cabimento, estando os serviços jurídicos a apreciar a legalidade desta deliberação. Quanto ao Sr. Manuel Inácio não é classificado como dívida a fornecedores e empreiteiros.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Transferências Correntes a Instituições.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou porque existem deliberações efectuadas durante este mandato para transferências correntes a instituições, sem que a Vereação do CDS-PP tivesse tido conhecimento em reunião camarária, conforme se encontra discriminado em anúncio do Jornal Terra Quente, de 01 de Fevereiro de 2006.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que se tratava de um lapso, pois a data aí referida respeita ao correspondente cabimento, sendo certo que deveria constar a data da respectiva transferência.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: URBCOM.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA apresentou o seguinte requerimento:

“Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Vereador eleito pelo CDS-PP, vem, nos termos do Estatuto da Oposição, requerer a V. Exa. que lhe seja fornecido uma cópia do estudo global para a implementação do programa URBCOM em parceria com a ACIM. Pede Deferimento.”

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu o seguinte:

“Este concelho foi dos últimos da região transmontana a ter um URBCOM. Devem os comerciantes saber que este programa atribuía até 2004, até 66% de incentivos não reembolsáveis e com um investimento total elegível de 150.000 euros, enquanto, actualmente, o investimento total considerado elegível é de 45.000 Euros e com 45% de incentivos não reembolsáveis. Por isso, como Consultor, sinto-me no dever de perguntar quem é, em sua opinião, o responsável político por este prejuízo aos nossos comerciantes?

E como pretende colmatar estes prejuízos objectivos que os comerciantes tiveram por este facto?

Tenho conhecimento que foi efectuado uma reunião no auditório do Instituto Piaget para apresentação do Estudo Global do URBCOM de Mirandela. Também sei que, após a mesma, nenhum empresário ficou a saber devidamente quais eram as linhas mestras desse estudo global, uma vez que é dele, que é uma das variáveis determinantes para a aprovação das candidaturas. Afinal, qual foi a finalidade dessa apresentação?”

----- O Senhor PRESIDENTE disse que a uma observação de “consultadoria” iria dar uma resposta política. A Associação Comercial e Industrial de Mirandela é a entidade a quem compete apresentar o projecto e, portanto, devem responder pelo projecto

*h s
ma*

em causa, acrescentando que se só existe, desde essa data, foi porque o Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vice-Presidente foram com o actual Presidente da ACIM a Lisboa para desenvolverem este projecto em conjunto.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou porque não “pegou” no Presidente da ACIM em 1997?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que o CDS/PP defende que só se deve verificar a intervenção do Estado, quando se esgotam todos os prazos para a sociedade civil executar os correspondentes projectos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO acrescentou que a lei mudou, o governo mudou e que o processo de candidatura e aprovação tem cerca de quatro anos. Sendo uma candidatura conjunta, à ACIM competia “sensibilizar” os comerciantes e à Câmara Municipal realizar os projectos. No entanto o Presidente e o Vice-Presidente e o Presidente da ACIM andaram “porta a porta” a fazer esse trabalho, pois, se não houvesse adesões para 150.000€, ainda hoje não tínhamos Urbcom. Actualmente, os comerciantes podem aderir nem que seja com 1.000€. A ACIM está com algumas dificuldade e tem uma equipa na rua. Só será possível que este projecto tenha sucesso, se os comerciantes aderiram.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que o Sr. Presidente deve ter o papel de apoiar estas candidaturas de revitalização do comercio tradicional e convencer os comerciantes a aderir aos financiamentos disponíveis neste projecto, concordando com a iniciativa de, conjuntamente com o Sr. Vereador Eng.º António Branco e o Presidente da ACIM, terem-se deslocado a Lisboa para reunirem com a tutela deste processo.

----- A Senhora Vereadora Dr.º GRAÇA CALEJO perguntou qual a finalidade do subsídio de 50.000€ aprovado para a ACIM.

----- O Senhor PRESIDENTE esclareceu que o subsídio se destinou 35.000€ ao pagamento dos honorários de estudo referente a este projecto e 15.000€ para participar o pagamento da iluminação.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu que o estudo deveria ser pago pela ACIM através das quotas dos associados.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO referiu que se trata de um estudo global em que o concurso tem regras próprias a estabelecer pela ACIM. Esta entidade não tem capacidade para financiar a totalidade do estudo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Relação de Candidaturas a Fundos Comunitários.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA apresentou o seguinte requerimento:

“Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Vereador eleito pelo CDS-PP, vem, nos termos do Estatuto da Oposição, requerer a V. Exa. que lhe seja fornecido uma relação dos processos de candidatura apresentados para recorrer a fundos comunitários no mandato anterior e vigente.

Pede Deferimento.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Organograma da Autarquia.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA apresentou o seguinte requerimento:

“Nuno Manuel Macedo Pinto de Sousa, Vereador eleito pelo CDS-PP, vem, nos termos do Estatuto da Oposição, requerer a V. Exa. que lhe seja fornecido um Organograma dos respectivos pelouros e departamentos da Câmara Municipal de Mirandela bem como das Instituições onde a Autarquia é parte interveniente.

Requeiro ainda, que esse organograma inclua a seguinte informação:

- Nomes e funções dos funcionários afectos aos pelouros e departamentos;
- Nomeações políticas - nome e funções que ocupam relativamente aos pelouros e departamentos;
- Indicação das vagas recentemente aprovadas em reunião de Câmara relativamente aos Departamentos e Pelouros.

Pede Deferimento.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Gabinete Provisório dos Vereadores em Regime de não Permanência.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA informou que: “pretendemos que o Sr. Presidente formalizasse a entrega do Gabinete Provisório dos Vereadores em Regime de Não Permanência.

Consideramos ainda que para o efeito, nos seja comunicado no mesmo ofício, os seguintes elementos:

- Número de telefone do gabinete;
- A disponibilidade de um ponto de acesso à Internet e impressoras, caixa de correio electrónico;
- Horários de funcionamento da Câmara Municipal e a localização de sinalética de referência ao gabinete.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

W
L

Assunto: Mundo rural.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente devo dizer-lhe que é para mim uma grande honra, que me tenha destinado alguns minutos do seu precioso tempo a elaborar uma resposta por escrito, a uma interjeição por mim feita, na reunião anterior e minha primeira participação.”

----- O Senhor PRESIDENTE disse que não sabia o que estava a perguntar.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse ainda:

“Repito a pergunta apresentada em reunião anterior:

“Quero ainda perguntar ao Sr. Presidente qual a estratégia que pretende seguir para ultrapassar o gravíssimo problema estruturante que está a acontecer no nosso concelho da concentração populacional na sede de concelho, em detrimento do mundo rural, quando nós assistimos noutros países Europeus ao fenómeno da reurbanização.”

Sr. Presidente a pergunta que efectuei foi demasiado complexa em termos técnicos ou houve dificuldades em arranjar alguns argumentos explicativos?

Isto leva-me a pensar duas coisas:

- Ou eu fiz uma pergunta muito profunda e estruturante, o que vem justificar a minha presença na primeira reunião;
- Ou o Sr. Presidente após 10 anos de governo, ainda não tem presente a forma como resolver os problemas estruturantes deste concelho, o que é grave, tendo consequências desastrosas para as populações.”

----- O Senhor PRESIDENTE disse que a pergunta manifestava uma “inteligência tal e experiência de tão elevada qualidade” que esperava que tivesse algum valor qualitativo na gestão autárquica da modernidade para servir de alguma experiência aos Vereadores da Câmara Municipal. E reconheceu “humildemente” estar perante um verdadeiro cérebro do planeamento municipal. Nem entende como tem passado despercebido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Assunto: Plano Estratégico.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente ainda no seguimento da última reunião relativamente à minha intervenção solicitando o “Plano Estratégico da autarquia para o concelho de Mirandela”, ao qual me respondeu que era o seu “manifesto político das autárquicas 2005”. É lamentável que estando na posição institucional que está, confunda um programa eleitoral com um Plano cujo objectivo deve ser procurar integrar um conjunto de actividades para uma função, isto é, procurar atingir de forma sustentada e integrada mais e melhor desenvolvimento para o concelho. O manifesto político que apresentou para as autárquicas **não é de todo um Plano Estratégico.**

Como tal é minha obrigação política enquanto vereador deste concelho dar a conhecer ao país, em geral e aos Mirandelenses em particular, no qual se possa confundir um manifesto político com um plano estratégico de desenvolvimento de um concelho, pelo que esta indignidade política grosseira, que marcará este concelho durante o nosso período democrático, e em que os homens de estado não se revêm, assim como o PSD profundo e sociológico no qual me revejo, não partilham e aceitam estes métodos de trabalho improvisados e naífes.

Esta minha participação só fará sentido se for para discutir acções e propostas estratégicas para o concelho. Não me vou deixar “empurrar” para uma discussão de acções do tipo “papeleira de jardim”, que tanto o Sr. Presidente criticava nos anteriores membros da oposição, pelo que, peço a sua colaboração para dar a conhecer a sua estratégia para o nosso concelho, no qual os préstimos de todos os eleitos serão poucos para ajudar a melhorar e a desenvolver.

Durante a campanha eleitoral, criticou a estratégia política do projecto “Mirandela mais à frente” para o município. Agora pergunto, e desculpe a minha sinceridade, já que em política, para não se cair em demagogia e não acontecer o efeito “boomerang”, devemos apelar à verdade, quando se critica, eu pergunto, não fará sentido mostrar a alternativa política e o caminho a seguir?

Sr. Presidente não acha que um **PE** é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do concelho e por isso deveria ter mais visibilidade, para que os seus habitantes soubessem para onde caminhar. Assim para que possa desenvolver cabalmente o papel que foi destinado, apelo ao seu sentido de responsabilidade! Por mim, aplaudi-lo-ei em todas as ideias determinantes, tendo em conta o desenvolvimento integrado e sustentado, no sentido de se fazer deste concelho, um concelho pleno da Europa a que queremos pertencer, mas do mesmo modo que aplaudirei, também criticarei se for caso disso. Não me obrigue a pensar e, como o senhor já disse por diversas vezes que não se voltaria a candidatar, que tudo isto é, uma manobra político, o que seria indelicado para não dizer grave, uma vez que as pessoas apostaram em sentir-se-iam defraudadas se tivesse uma actuação diferente.

Tendo em conta as verdadeiras necessidades das populações deste concelho, e as suas necessidades mais prementes, em vez de criar um departamento de segurança (ainda mais, com a sua condição de conselho consultivo para questões estratégicas de segurança), melhor seria canalizar o responsável destinado para o efeito, para apoiar a “gestão estratégica da instituição para o desenvolvimento do concelho” já que os nossos concidadãos, na verdade, necessitam é de mais emprego, mais investimento no concelho, mais condições de vida e mais bem estar.”

----- O Senhor PRESIDENTE disse que tinha pena de não ter tempo para responder por escrito a tal tratado pueril e teórico, mas respondia baseado em 2 ou 3 pontos concretos.

Em primeiro lugar, dizer-lhe que, para mim e para a minha equipa, o que se promete e assume na campanha eleitoral é para cumprir. O documento que apresentamos na campanha aos Mirandelenses, não é um documento político-partidário, mas um plano estratégico elaborado por centenas de Mirandelenses de todos os quadrantes políticos e ideológicos e de todas as classes sociais, e que querem ver cumprido neste mandato.

Os Mirandenses e eu próprio estamos mais interessados em planos concretos e práticas que resolvam os problemas do concelho do que em tratados de economia escritos por grandes autores mas que não resolvem nada, antes confundem a realidade. Dizer-lhe que V. Ex.^a não conhece o PSD profundo e sociológico senão não tinha essa linguagem. Esse PSD revê-se no pragmatismo da vida e em todas as eleições desprezou sempre os “catedráticos” optou por líderes práticos e concretos como é exemplo máximo o Dr. Francisco Sá Carneiro.

Em segundo lugar dizer-lhe que quem tem que apresentar alternativas é a oposição e não o poder. Quanto aos considerandos intelectuais e académicos de grande “superioridade académica” do Senhor Vereador, digo-lhe que, com o PSD profundo, não consigo entender. Reconheço humildemente as minhas limitações académicas comparadas com as do Senhor Vereador.

Eu proponho ao Senhor Vereador que traga um recorte de jornal ou entrevista da rádio onde me ouviu dizer que não voltava a candidatar-me. Aliás não percebo o receio, com tão fracas aptidões para a estratégia do concelho, como ainda sou capaz de ganhar eleições a quem tem estratégias “iluminadas”.

Em terceiro e último lugar dizer-lhe que o Senhor não percebe mesmo nada de poder autárquico e das suas principais preocupações. A Protecção Civil e a Segurança serão sempre a primeira e principal prioridade do meu mandato. Só numa sociedade segura e protegida pode haver oportunidades comerciais, industriais, ou outras.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES referiu que se trabalha sem os tais objectivos estratégicos e que gostaria de verificar o documento estratégico.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que mais uma vez fornece o Plano de Actividades e o Plano Plurianual. Todos os estudos terão interesse económico para o desenvolvimento do concelho.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que quanto à apresentação de alternativas, o CDS/PP sempre manifestou total disponibilidade na apresentação de soluções alternativas, pese embora o facto de que o Sr. Presidente, ao ter designado na sua figura todas as competências delegáveis do Executivo, reduziu a probabilidade de essas alternativas serem aprovadas.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que no executivo desta Câmara Municipal eram todos tratados de igual forma.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu a título de exemplo, que as reuniões camarárias no Reino Unido são efectuadas em hemiciclo, demonstrando que todos os membros do Conselho Político Eleito têm os mesmos direitos, deveres e obrigações, embora exista sempre uma figura hierarquicamente superior que é a o Presidente de Conselho, escolhido pelos membros desse órgão eleito.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES perguntou se o Senhor Presidente já viu algum plano estratégico e disse que quer ser colaborante para servir os Mirandenses.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que tem a preocupação de aplicar os resultados dos problemas dos municípios.

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES fez a seguinte intervenção:

“Ainda no seguimento de ajudar este concelho a encontrar propostas pró activas e inovadoras, no sentido de criar mais dinamismo económico e social, uma vez que estamos num posicionamento único e de charneira na região transmontana, venho assim apresentar nesta vereação a ideia para a criação de uma agência de diplomacia económica e empresarial no sentido de trazer para o concelho investimentos âncora para que os nossos concidadãos possam ter mais emprego, mais riqueza e melhor qualidade de vida.

Disponibilizarei, na medida do possível, e caso seja desejável, os meus conhecimentos profissionais de forma voluntária e desinteressada, para ajudar o meu concelho a captar mais investimento.”

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que a ideia do Senhor Vereador deve ser acolhida pela Câmara Municipal porque de facto com tantos conhecimentos quer de diplomacia económica, quer empresarial não podiam ser desperdiçados no futuro progresso deste concelho, assim, brevemente iram criar uma comissão para este fim onde espero a disponibilidade do Senhor Vereador. Porque se tal disponibilidade não acontecer mesmo a melhor comissão ficará limitada em “inovação e conhecimento”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.

01/01 – Próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal:

----- O Senhor Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, autorizada a intervir, deu conhecimento da comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é do seguinte teor:

“Como Presidente da Assembleia Municipal, solicito a V.^a Ex.^a a amabilidade de, em meu nome, dar conhecimento da convocatória da próxima sessão da Assembleia Municipal, que se anexa, a todos os Senhores Vereadores, em reunião do Executivo. Os melhores cumprimentos.”

----- A Convocatória da reunião ordinária é do seguinte teor:

*PO
manic*

“Nos termos da alínea a) do art. 54º do Decreto Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, convoco V.ª Ex.ª, como membro efectivo para tomar parte na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 17 de Fevereiro (Sexta-feira) pelas 09 horas e 30 minutos:

- 1 - 1.º Período de Intervenção Aberta ao Público;
 - 2 - Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art. 53º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
 - 3 - Adesão do Município de Mirandela à “Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico”;
 - 4 - Adesão do Município de Mirandela à “Fundação Museu Região do Douro”;
 - 5 - Adesão do Município de Mirandela à “Portugal Nordeste – Associação de Promoção Turística”;
 - 6 - Aprovação da 1.ª Revisão do Orçamento da CMM – 2006;
 - 7 - Proposta de Regulamento do Processo de Selecção de Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado do Município de Mirandela;
 - 8 - Proposta de Alteração ao Conselho Municipal de Segurança;
 - 9 - Eleição de um representante da AM para a Comissão Municipal do Comércio;
 - 10 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para:
 - Conselho Municipal de Segurança;
 - Comissão Municipal Contra Incêndios;
 - Conselho Geral da Resíduos do Nordeste – EIM;
 - 11 - Outros Assuntos de Interesse para o Município;
 - 12 - 2.º Período de Intervenção Aberta ao Público.
- Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 13 de Fevereiro, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 3/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Pedido de Informação Previa Indeferido

António Januário Ribeiro – Pedido de viabilidade para construção de um posto de abastecimento de combustíveis – Zona Industrial, lote n.º 2 Mirandela – Indeferido em 07/02/2006.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 3/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autos de Embargo

Despacho de 13/01/2006 – Carlos Alberto – Construção de um cabanal utilizando blocos e cimento com cobertura em ferro e chapa, sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito no Bairro da Cadeia, na localidade de Mirandela;
Despacho de 26/01/2006 – Firma Agostinho Garcia & Irmão, L.da – Reparação/reconstrução de um armazém utilizando em blocos e cimento, sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito na localidade de Vilar de Ledra;
Despacho de 31/01/2006 – Luís Augusto – Construção de um armazém cujo fim se destina a corriça, sem que para o efeito possuísse licença passada por esta Câmara Municipal, sito em Vale de Telhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares – Licenciamentos Deferidos

160/05 – Manuel António Pires – Construção de um armazém agrícola – Avantos;

h
e
e

298/05 – Leonel Luís Castro – Construção de muros – Cedainhos;
16/06 – Manuel Pinto – Alteração e ampliação de uma moradia – Frechas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Licenças de Utilização Deferidas

9/06 – Jaime Augusto Mesquita – Habitação – Torre Dona Chama;
11/06 – José Rodrigues Pinto – Habitação – Vila Nova das Patas.

Licenças de Utilização Indeferidas

239/05 – Mário José Carvalho – Habitação – Cedães;
243/05 – Arnaldo Augusto Morais – Comércio – Rua da Republica, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Autorização de Utilização Deferida

6/06 – José Joaquim Teixeira – Habitação – Loteamento Tuasol, lote nº 107, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/06

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 30 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 2006, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005.

Obras Particulares - Autorizações

152/05 – Maria Luisa Fraga Quiraz – Construção de um edifício – Loteamento das Canelhas, lote nº 2 – Mirandela;
159/05 – Manuel Joaquim Cordeiro – Construção de uma moradia – Loteamento do Pombal, lote nº 17, Mirandela;
266/05 – Electrotua, lida – Construção de um armazém – Zona Industrial, lote nº 13, Mirandela;
8/06 – Abílio Pereira, L.da – Construção de uma moradia – Loteamento Tuasol, lote nº 36, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 - D.A.G.F. - Secção de Taxas e Licenças.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 08 de Fevereiro, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.º 19 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de **Vendedor Ambulante** durante o mês de Janeiro.

Renovações

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Fernando Lopes Alves	Lanifícios e Têxteis	Moimenta da Beira
Firmino Azevedo Vitorino	Peixe	Mirandela
João Pedro Preciso Ferreira	Têxteis e Vestuário	Lamas de Orelhão
José Luciano V. do Nascimento	Peixe	Caravelas
Maria da Luz Ferreira	Têxteis	Mirandela
Maria Virginia Pinto Teixeira Costa	Produtos alimentares	Cachão
Oswaldo Alexandre Afonso	Produtos de Ourivesaria	Bragança

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos e renovados os seguintes cartões para o **exercício da actividade de feirante** durante o mês de Janeiro.

Concessões

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
José Teixeira Bessa	Malhas e Miudezas	Ermezinde

Renovações

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Abel Teixeira Martins Pinto	Arvores de Fruto	Constantim – Vila Real
Alfredo Maria Moreira	Viveiros	Pegarinhos – Alijó
Amândio de Oliveira Vaz	Têxteis e Vestuário	Macedo de Cavaleiros
Angelino Augusto Sousa Andrade	Têxteis e Vestuário	Torre de Moncorvo
António Alves Maravilha	Sementes e Plantas	Macedo de Cavaleiros
António Elias Virtuosa	Vestuário e Calçado	Mirandela
António Rodrigues de Almeida	Artesanato	Serapicos – Valpaços
Arlinda Cardoso Maia	Têxteis e Vestuário	Godim – Régua
Aurora Fernandes da Silva	Malhas e Confecções	Mirandela
Daniel João Reis Ramalho	Arvores de Fruto	Vale de Lagoa
Fernando Luís de Almeida Dias	Têxteis e Vestuário	Macedo de Cavaleiros
Francisco Manuel C. Patatas	Têxteis e Vestuário	Bouça
Francisco Nogueira	Têxteis e Vestuário	Fafe
Jacinto de Jesus Fernandes	Viveiros	Fradizela
João dos Anjos	Têxteis e Vestuário	Lamego
João Pedro Preciso Ferreira	Têxteis e Vestuário	Lamas de Orelhão
Jorge Manuel Fidalgo Araújo	Produtos n/alimentares	Eixes
José Cardoso Inácio	Têxteis e Vestuário	S. Martinho do Bispo
Licínio José Inocêncio Fernandes	Têxteis e Vestuário	Macedo de Cavaleiros
Maria da Luz Ferreira	Tecidos/Malas/Sapatos	Mirandela
Maria de Lurdes Pinto Ribeiro	Têxteis e Vestuário	Vila Mêa
Marina Antónia Nogueira Ferreira	Calçado e Miudezas	Mirandela
Noémia Júlia Reis M. Fernandes	Têxteis e Vestuário	Carvalhosa
Paulo Jorge Alves Filipe	Viveiros Vitícolas	Macedo de Cavaleiros
Paulo José Borges Teixeira	Artigos Musicais	Mirandela
Paulo Pereira Maravilha	Têxteis e Vestuário	Lamego
Sérgio Paulo da Silva Pereira	Têxteis e Vestuário	Lamego
Sónia Manuela Afonseca C. Dias	Sacos e Malas	Macedo de Cavaleiros
Ulisses Dias Reis	Têxteis e Vestuário	Lamego

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 21 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças de recinto, nos termos do Decreto-Lei n.º 309/2002 de 16 de Dezembro**, durante o mês de Janeiro:

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Associação Cultural de Mascarenhas	Mascarenhas	Recinto Improvisado
Associação Cultural de Mascarenhas	Mascarenhas	Ruído
Maria da Conceição Tomé Teixeira	Torre D. Chama	Recinto Improvisado
Maria da Conceição Tomé Teixeira	Torre D. Chama	Ruído
Fábrica da Igreja de Torre D. Chama	Torre D. Chama	Recinto Improvisado
Fábrica da Igreja de Torre D. Chama	Torre D. Chama	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 22 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram emitidas e renovadas as seguintes **Licenças de condução de Ciclomotores e de Veículos Agrícolas** durante o mês de Janeiro.

Wad
L. a. e**CONCESSÕES**

NOME	RESIDÊNCIA	CATEGORIA
Afonso César Rodrigues Ferreira	Mirandela	Veículo - Agrícola
Carlos Alberto Novais Pilão	Alvites	Veículo - Agrícola
Glória dos Santos Barroso	Mirandela	Veículo - Agrícola
Humberto Joaquim Meireles Seixas	Contins	Veículo - Agrícola
Luís Augusto Paulino	Vila Nova das Patas	Veículo - Agrícola
Maria do Carmo M. Dos Santos Costa	Valverde da Gestosa	Veículo - Agrícola
Maria Olímpia da Costa S. Meireles	Contins	Veículo - Agrícola
Mário Jorge Sobral	Valverde	Veículo - Agrícola
Oscar José Gomes	Vale maior	Veículo - Agrícola
Viriato dos Santos Fontes	Pádua Freixo	Veículo - Agrícola

RENOVAÇÕES

NOME	RESIDÊNCIA	CATEGORIA
Abel Amadeu Ochoa	Vade de Prados	Ciclomotor
Adérito dos Santos Rodrigues	Guide	Ciclomotor
António Manuel	Freixeda	Ciclomotor
José Júlio	Mirandela	Ciclomotor
José Marcelino Patatas	Contins	Veículo - Agrícola
Luís Esteves Teixeira	Eixos	Ciclomotor
Manuel Eugénio Lage	Chelas - Cabanelas	Veículo - Agrícola
Manuel Ferreira Macedo	Mirandela	Ciclomotor
Nuno José Alves	Abambres	Veículo - Agrícola
Tibério dos Santos Vieira	Vale Salgueiro	Veículo - Agrícola

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 23 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram matriculados e transferidos os seguintes ciclomotores, durante o mês de Janeiro.

REGISTADOS

MATRICULA	PROPRIETÁRIO	RESIDÊNCIA
1-MDL-39-92	Fernando dos Santos Guedes	Mirandela

TRANSFERIDOS

MATRICULA	PROPRIETÁRIO	RESIDÊNCIA
1-MDL-37-00	António Manuel Gonçalves Seca	Bragança
1-MDL-22-21	José Viriato Costa	Mirandela
1-MDL-37-39	Oscar José Trigo Bras Oliveira	Sobreira - Candedo
1-MDL-39-92	José António Escalhão Mendes	Mirandela
1-MDL-36-67	Jorge Manuel Vahia Guimarães Falcão	Abambres

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 24 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos e renovados os seguintes **Cartões de Ocupante do Mercado Municipal** durante o mês de Janeiro:

Concessões

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Mavildia do Amparo C. Lourenço	Queijo	Abambres
Teresa de Jesus Gomes	Queijo	Lamas de Orelhão

Renovações

NOME	ARTIGOS	RESIDÊNCIA
Abílio Manuel Pereira	Fruta e Hortaliça	Stª Comba da Vilarça
Anita da Conceição Reis	Queijo	Caravelas
António Joaquim C. T. Lopes	Queijo	Vilarandelo
Belmira da Conceição M. Gomes	Queijo	Lamas de Orelhão
Ilda Ferreira M. Araújo	Fruta e Hortaliça	Contins
Inês da Conceição R. Teixeira	Fruta e Hortaliça	Nabo - Vila Flor

Ismael José Afonso Lopes	Frutas e Hortaliças	Vila flor
Joana da Rosa Ribeiro	Queijo	Lamas de Orelhão
José António Ganhão	Frutas e Hortaliças	Stª Comba da Vilarça
José Maria Morais Mateus	Frutos Secos	Samões
Josélia Maria Ventura Fonseca	Fruta e Hortaliça	Nabo
Lúisa Alfredina	Fruta e Hortaliça	Vale de Madeiro
Mabilde de Jesus Patrício	Hortaliça	Vale de Madeiro
Manuel António Perpétua	Fruta e Hortaliça	Seixo de Ansiães
Manuel Maria Barros	Fruta e Hortaliça	Stª Comba da Vilarça
Manuel dos Santos Barbosa Trigo	Fruta e Hortaliça	Mourão
Maria Eugénia Fontoura Lamas	Queijos	Pereira
Maria do Céu	Fruta e Hortaliça	Vale de Madeiro
Maria Helena Costa	Fruta e Hortaliça	Mirandela
Maria de Lurdes Lopes	Fruta e Hortaliça	Mirandela
Mariana Adriana Pereira	Queijo	S. Pedro Vale do Conde
Olivia da Anunciação Ribeiro	Fruta e Hortaliça	Vale de Madeiro
Orlando Cabral Meireles	Fruta	Seixo de Ansiães
Zélia dos Anjos Morais	Queijo	Cedaínhos

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 25 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro**, durante o mês de Janeiro:

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
F. B. Diversões, Lda.	Salão de Jogos 2000	Mirandela
António Carlos Borges	Bar Praça Velha-Alzira Pereira	Mirandela
António Carlos Alves	Adelino A Preciso – Bola Dourada	Mirandela
António Carlos Alves	Adelino A Preciso – Bola Dourada	Mirandela
António Carlos Alves	Adelino A Preciso – Bola Dourada	Mirandela

Festividades, Ruído e Outros Divertimentos

Organização	Localidade	Tipo de Licença
Comissão de Festas de Santo Amaro	Regodeiro	Festividade
Comissão de Festas de Santo Amaro	Regodeiro	Ruído
Comissão de Festas de Vale de Telhas	Vale de Telhas	Festividade
Comissão de Festas de Vale de Telhas	Vale de Telhas	Ruído
Comissão de Festas de Vale de Telhas	Vale de Telhas	Festividade
Comissão de Festas de Vale de Telhas	Vale de Telhas	Ruído
Comissão de Festas de Vilar D'Ouro	Vilar D'Ouro	Festividade
Comissão de Festas de Vilar D'Ouro	Vilar D'Ouro	Ruído
Comissão de Festas dos Eivados	Eivados	Festividade
Comissão de Festas dos Eivados	Eivados	Ruído
Comissão de Festas de S. Brás	Torre D. Chama	Festividade
Comissão de Festas de S. Brás	Torre D. Chama	Ruído
Comissão de Festas de Torre D. Chama	Torre D. Chama	Festividade
Comissão de Festas de Torre D. Chama	Torre D. Chama	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 26 /STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidas as seguintes **licenças de publicidade**, durante o mês de Janeiro.

Wad
by air

TITULAR	TIPO DE PUBLICIDADE	LOCAL
Luís Filipe Lage Mofreira	Reclamo Luminoso	Av.ª Amoreiras - Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N. 27/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos os seguintes **horários de Funcionamento** durante o mês de Janeiro:

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
Adriano José Pilão Gomes	Equipamentos electrónicos	Mirandela
Carminda Maria Azevedo Teixeira	Café Snack Bar	Mirandela
Luís Filipe Lage Monfreita	Salão de Cabeleireiro	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 28/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 26 de Outubro de 2005, foram concedidos os seguintes **terrenos para sepultura perpetua** durante o mês de Janeiro a:

Nome	Residência	Cemitério
Otilia Aurora Costa Lopes e Irmãos	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03/03 - O.A. – 1.ª Modificação ao Orçamento e 1.ª Alteração à Despesa e ao PPI/PAM.

----- Foi presente a 1.ª Modificação ao Orçamento e 1.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM com reforço de 1.549.290€, (sendo 205.800€ de despesas correntes, 1.311.210€ no PAM e 32.280€ ao PPI) e anulação da importância de 1.548.930€ (sendo 205.800€ de despesas correntes, 1.310.850€ no PAM e 32.280€ no PPI).

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho de 10/02/2006 a mencionada 1.ª Modificação ao Orçamento, a que corresponde a 1.ª Alteração à Despesa e ao P.P.I. / P.A.M. - 2005.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA referiu que:

“Em coerência com as nossas posições em relação a este assunto, mantemos a nossa discordância com a modificação apresentada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

03 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 14 de Fevereiro de 2006 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	109.074,45€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	702.101,22€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	811.175,67€
 DOCUMENTOS-----	 3.300,64€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

04 - Secção de Aprovisionamento

Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 04/S.A./06 de 10/02/2006 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o Despacho do Senhor Presidente, ambos de 26 de Outubro de 2005, informa-se que foram autorizadas por competência delegada, as requisições n.ºs 228, 232, 233, 239, 240, 242, 244, 245, 252 a 273, 275 a 334, 336 a 339, 341, 343, 348 a 368, 370, 371, 376 a 382, 386 a 399, 401, 417 a 423, 429 a 445, 447, 448, 451, no montante de 357.761,72€ no período de 14 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2006, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	28.178,88€
António José Pires Almor Branco -----	191.361,36€
Maria Gentil Pontes Vaz -----	88.825,83€
José Assunção Lopes Maçaira -----	49.395,65€
As requisições de valor até 200,00€ totalizam-----	6.851,69€
As requisições de valor superior a 200,00€ totalizam-----	350.910,03€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 04/2006 de 14/02/2006 que a seguir se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 26 de Outubro de 2005, informo o Executivo que, no período de 01 a 14 de Fevereiro de 2006, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	866.169,44€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	--,--€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – Transferência Financeira - Junta de Freguesia de Frechas.

----- Foi presente um officio com entrada n.º 942 de 31/01/2006 com o seguinte teor

“Como é do conhecimento de V.ª Exc.ª, com o acompanhamento dos Técnicos da C.M., foi significativo o volume de trabalhos realizados em 2005, os quais ultrapassam em muito a real capacidade financeira desta Junta de Freguesia.

Tem também impacto significativo na tesouraria, a liquidação mensal à EDP da factura respeitante ao fornecimento de energia ao edifício da Junta de Freguesia, no qual está instalado o Jardim de Infância.

Assim, para que possamos cumprir com todos os nossos compromissos financeiros, vimos solicitar que seja efectuada a transferência financeira no valor de 5.000,00€.

Sem outro assunto, certos da melhor atenção, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.”

----- Por despacho do Senhor Presidente de 31/01/2006 “à reunião, após cabimento no valor de 4.000€.”

----- Processo de despesa n.º 404 de 31/01/2006 no valor de 4.000€.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA questionou se as facturas da EDP não deveriam ser pagas pela Autarquia através de protocolos.

----- O Senhor PRESIDENTE disse que o Jardim de Infância está instalado no edifício onde funciona a Junta de Freguesia e por isso o consumo de energia eléctrica é fornecido pela Junta de Freguesia.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência financeira para a Junta de Freguesia de Frechas no valor de 4.000€ (quatro mil euros) para os fins propostos.

07 – Pedido de Subsídio – “Workshop em Violino e Viola D’arco” - I.S.E.I.T.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 3444 de 27/04/2005 com o seguinte teor:

“Nos próximos dias 4, 5, 6 e 7 de Maio de 2005, o Instituto Piaget / Mirandela vai realizar uma grande acção Internacional subordinada ao tema:

“Workshop em Violino e Viola D’arco”, com o grande instrumentista Internacional – Mikhail Bezverkhny.

Esta acção engloba 2 componentes: a componente de formação e a componente de realização de um concerto final, o qual terá lugar na Igreja da Misericórdia.

Esta acção em muito contribuirá para a divulgação e a afirmação cultural e artística da cidade de Mirandela e do Instituto Piaget / Mirandela, já que se prevê que seja feita uma ampla cobertura da mesma, nos órgãos da comunicação social.

A realização desta acção, no âmbito das suas duas componentes, tem um custo de 6.000€ (seis mil euros).

Assim e no âmbito do protocolo celebrado entre a entidade a que V.ª Ex.ª subidamente preside e o Instituto Piaget / Mirandela, venho solicitar um apoio de 50% do valor da acção, sendo que os 50% restantes são suportados por esta Instituição.

Certo que V.ª Ex.ª compreende o alcance e o significado desta acção para Mirandela e, na certeza do seu melhor acolhimento, apresento os meus melhores cumprimentos.”

----- O Senhor Presidente proferiu despacho a enviar “à reunião, após cabimento, no valor de 3.000€”.

----- Processo de despesa n.º 498 de 10/02/2006 no valor de 3.000€.

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA perguntou, quando é que o protocolo foi celebrado entre a Autarquia e o PIAGET e qual a sua duração? Em que formato foi o mesmo elaborado?

----- O Senhor Vereador Dr. HERNÂNI RODRIGUES disse que “na sua opinião, quais serão, em traços gerais, as políticas desportivas deste concelho?

Nomeadamente:

Desporto Profissional.

E Desporto Amador e de Manutenção.”

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que o curso foi aprovado de modo a funcionar no Piaget mas só tem 5 alunos. O Piaget em sintonia com a Artemir levava a efeito o concerto que se refere o ofício.

Disse ainda ao Sr. Vereador que recebeu as normas em relação ao desporto.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares no valor de 3.000€ (três mil euros) para os fins propostos.

08 – Pedido de Subsídio - Associação de Caça e Pesca de N.º Sr.º do Viso

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 745 de 25/01/2006 com o seguinte teor:

“Ex.mo Sr. Presidente da Câmara,

A Associação de Caça e Pesca de N.º Sr.º do Viso, como vem sendo habitual, irá dinamizar, ao longo do ano de 2006, um conjunto de actividades com o intuito de promover os produtos da Freguesia e da própria região. Num, extenso, Plano de Actividades queremos destacar:

1 – No dia 19/02/2006, realizar-se-á a VI Feira do Tordo;

2 – No mês de Maio terá lugar a III Festa da Cereja envolvendo, particularmente, a comunidade escolar;

3 – No mês de Agosto fomentar-se-á a recepção aos sócios, desta Associação, e população em geral incluindo um convívio assinalando a abertura oficial da época venatória 2006/2007;

para podermos concretizar todos os eventos supra mencionados, a Associação de Caça e Pesca de N.º Sr.º do Viso vem, respeitosamente, pedir um contributo financeiro no valor de 5.000€ (cinco mil euros).

Sem outro assunto de momento.”

----- O Senhor Presidente proferiu o seguinte despacho: “à reunião, após cabimento, no valor de 3.500€”.

----- Processo de despesa n.º 497 de 10/02/2006 no valor de 3.500€.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Associação de Caça e Pesca N.º Sr.º do Viso no valor de 3.500€ (três mil e quinhentos euros) para os fins propostos.

09 – Pedido de Subsídio - Associação de Hóquei do Nordeste Transmontano.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 297 de 10/01/2006 com o seguinte teor:

“De acordo com a conversa havida no passado dia 4 entre V. Ex., o Presidente desta Associação Sr. António Rodrigues e o Director Técnico Nacional da Federação Portuguesa de Hóquei, vimos enviar o projecto e orçamento da fase final do campeonato nacional de hóquei feminino.

Esperando a melhor compreensão, subscrevemo-nos.”

----- Vem acompanhado do documento referido no ofício, que se dá por reproduzido.

----- O Senhor Presidente em 19/01/2006 proferiu o seguinte despacho: “à reunião, após cabimento, no valor de 3.500€”.

----- Processo de despesa n.º 500 de 10/02/2006 no valor de 3.500€.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Associação de Hóquei do Nordeste Transmontano no valor de 3.500€ (três mil e quinhentos euro) para os fins propostos.

10 - Pedido de Subsídio - Artemir / Esproarte.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º1018 de 02/02/2006 com o seguinte teor:

“Exm.º Sr.

A Esproarte – Escola Profissional de Arte de Mirandela, surgiu com o Contrato Programa entre o Estado representado pelo então GETAP – Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional e a Câmara Municipal de Mirandela assinado em 23 de Agosto de 1990, sendo, por força do Decreto Lei 4/98 de 8 de Janeiro, substituído em 30/11/1999 pela Autorização Prévia de Funcionamento n.º99.

Actualmente a Esproarte tem como entidade proprietária, por força do referido Dec. Lei 4/98 a ArteMir – Associação de Ensino Profissional Artístico, entidade essa em que o Município de Mirandela, por força de ser entidade promotora da Esproarte detém 56% da propriedade.

De referir a nível histórico que a Esproarte iniciou a sua primeira turma em 1990 com cerca de 30 alunos e que hoje conta com 112 alunos divididos em 6 turmas, o que mostra bem a necessidade de requerimento anual (não só pela entrada de novos alunos, mas também pelo desgaste do já existente) e de constantes obras de adaptação das instalações (algumas exigidas pelo Ministério da Educação).

Assim, e porque quer na legislação comunitária quer na legislação nacional aplicável às Escolas Profissionais, há despesas não elegíveis pelo financiamento público contratado anualmente (1.415.843,15€ para o ano lectivo de 2005/2006), como sejam a aquisição de equipamento (instrumentos, mobiliário escolar, etc.), as obras de remodelação das instalações e custos financeiros, vem a Direcção da ArteMir solicitar que seja concedido um subsídio anual até 50.000,00€ para fazer face às referidas despesas.

Sem outro assunto, os melhores cumprimentos.”

----- Em 02/02//2006 o senhor Presidente da Câmara Municipal emitiu o seguinte despacho:

“À reunião, após cabimento.”

----- Processo de despesa n.º 501 de 10/02/2006 no valor de 30.000€.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Artemir no valor de 50.000€ (cinquenta mil euros), podendo ser efectuado o pagamento de 30.000€ (trinta mil euros) e os restantes 20.000€ (vinte mil euros) após cabimento orçamental, para os fins propostos.

11 - SLU – Pedido de Junção dos Lotes n.º 39 e 40, do Alvará de Loteamento n.º 03/1998 – “Urbimira, Urbanização, L.da”, sito no Lugar de Vale do Vasco - Fernando Manuel Peixoto da Mota.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 9706 de 16/12/2005 com o seguinte teor:

“Venho por este meio pedir a V. Ex.cia a alteração do loteamento Vale de Vasco, localizado em Mirandela. Alteração esta que consiste nomeadamente na união dos lotes n.º 39 e 40.

Sem outro assunto de momento.”

----- Em 19/12/2005 o Senhor Director de Departamento de Urbanismo e Ambiente exarou o seguinte parecer:

“Trata-se de um pedido de alteração ao loteamento Vale de Vasco – 3.ª Fase cuja proposta é a de junção dos lotes 39 e 40 ambos destinados a duas moradias geminadas de R/C e 1.º andar e que pretende no lote resultante da junção dos referidos lotes construir uma moradia de R/C e 1.º andar.

É este o objectivo que se conclui do pedido de alteração aqui formulado. Neste entendimento, não se vê inconveniente desde que sejam respeitadas as restantes disposições definidas no loteamento, designadamente cota de soleira, n.º de pisos – R/C e 1.º andar, n.º de fogos (1 fogo) – e os apartamentos da edificação aos limites do lote. Nestas condições e após submetido este pedido de alteração à discussão pública sem que mereça contestação fundamentada, pode ser aprovado por esta Câmara.”

----- Em 06/02/2006 a Secção de Loteamentos e Urbanização emitiu a seguinte informação:

“Em cumprimento do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António José Pires Almor Branco, de 2005/12/20 e nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 22.º e no n.º 2, do artigo 27.º, do Decreto-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, foi sujeito a discussão pública o pedido de junção dos Lotes n.º 39 e 40, do Alvará de Loteamento n.º 03/1998, em nome de “Urbimira, Urbanização, L.da”, sito no Lugar de Vale do Vasco, em Mirandela, requerido por Fernando Manuel Peixoto da Mota proprietário dos referidos lotes.

Decorrido o prazo de discussão pública, não foi presente qualquer reclamação.

À consideração superior.”

----- Em 07/02//2006 o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal emitiu o seguinte despacho:

“À reunião.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos proposto:

- 1 – Aceitar o pedido de junção dos Lotes n.º 39 e 40 do Alvará de Loteamento n.º 03/1998, em nome da “Urbimira, Urbanização, L.da”, sito no lugar de Vale do Vasco, em Mirandela;**
- 2 – Notificar o requerente Fernando Manuel Peixoto da Mota, do teor desta deliberação.**

12 - Pedido de Apoio Técnico - Comissão de Festas de S. Sebastião.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 0946 de 31/01/2006 com o seguinte teor:

No seguimento dos trabalhos que nos propusemos realizar junto à Capela do Mártir de São Sebastião, nesta cidade, e por se tratar de uma obra de utilidade pública, vimos muito encarecidamente solicitar a V. Ex.ª. se digne autorizar que, pelos Serviços Técnicos, dessa edilidade seja elaborado o necessário projecto, conforme rascunho que se junta, o qual por ordem verbal do Senhor Presidente, foi já elaborado pelo Senhor Arquitecto Carvalho.

Antecipadamente gratos.”

----- Vem acompanhado de um “esboço” que se dá por reproduzido.

----- Em 01/02//2006 o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal emitiu o seguinte despacho:
“À reunião, para aprovação do pedido de apoio técnico.”

----- O Senhor Vereador Arq.º NUNO DE SOUSA questionou a dimensões da cave, pois aparenta estar sobredimensionada sem uma saída de emergência directa para o exterior.

DELIBERAÇÃO - A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder o apoio técnico solicitado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luís Mário, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 11 horas.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANÇAS



DR. LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA